

## ESTOURANDO A BOLHA: análise crítica dos diagnósticos da “era pós-verdade” em textos de circulação comercial

Eric Veiga Andriolo  
Universidade Federal Fluminense

### RESUMO

Neste artigo se analisa criticamente uma narrativa presente na arena pública que classifica certos fenômenos e comportamentos políticos sob o termo “pós-verdade”. Busca-se determinar se esse termo, como apresentado, é útil às ciências sociais. Para tanto, selecionamos um conjunto de livros publicados em inglês e português, entre 2016 e 2019, sobre esse tema. Em uma análise crítica, identificamos uma narrativa consistente, que atribui causalidade à arquitetura algorítmica das plataformas digitais, que provocam a filtragem homofílica de conteúdos ao ativarem irrationalidades inerentes ao comportamento humano. Também culpabiliza a filosofia “pós-moderna” pela difusão de relativismo. Encontramos problemas nessa argumentação, tanto em suas proposições empíricas sobre comportamento digital quanto na simplificação exacerbada de correntes intelectuais pós-modernas, indicando que essa concepção de “pós-verdade” é inadequada para análises sociais.

**Palavras-chave:** Pós-verdade. Câmaras de eco. Pós-modernismo.

### BURSTING THE BUBBLE: critical analysis of diagnostics of the “post-truth era” in commercial circulation texts

### ABSTRACT

We perform critical analysis of an account that classifies certain political phenomena and behavior as “post-truth”, seeking to determine if such term is, as presented, useful to social science. In order to achieve this, we have selected a number of books published between 2016 and 2019, in Portuguese and English, on the subject of post-truth. The analysis allows the identification of a consistent narrative throughout this bibliography, that attributes causality to the algorithmic architecture of digital platforms, for producing homophilic filtering of contents and activating irrationalities inherent to human behavior. This narrative also accuses “postmodern” philosophy of spreading relativism. We find problems in this argumentation, both in its empirical propositions about digital behavior and in its exaggerated simplification of postmodern intellectual currents. This indicates that such a conception of “post-truth” is inadequate for social analysis.

**Keywords:** Post-truth. Echo chambers. Postmodernism.

Recebido em: 11/06/2020

Aceito em: 31/08/2020

## INTRODUÇÃO

Os eventos políticos que marcaram o ano de 2016 no mundo anglófono trouxeram para as análises conjunturais a categoria chamada “pós-verdade”. Esse curioso termo denota a emergência de uma realidade política na qual, de alguma forma, a verdade teria perdido valor ou sido superada na arena pública. Após a inesperada eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o igualmente inesperado resultado do referendo britânico para saída da União Europeia (“*Brexit*”), esse termo deu origem a uma pequena literatura composta de trabalhos de jornalistas, analistas conjunturais e alguns filósofos. Mas é preciso indagar se essa categoria, da forma como tem sido tratada, é útil para as Ciências Sociais.

Neste trabalho, faz-se uma análise dessa nascente bibliografia, buscando evidenciar suas proposições centrais e avaliar esses enunciados. Apesar de relevante, não será feita uma análise de discurso, devido à limitação de espaço e clareza do escopo do trabalho. O objetivo é descobrir se um conceito de “pós-verdade” que tem ampla circulação no debate público constitui uma categoria interessante para estudos sociais ou não (não excluindo a possibilidade de haver outros valores no seu uso, por exemplo, como mecanismo retórico).

Na sessão dois, explicita-se a seleção de textos analisados. Em seguida, na terceira sessão será feita uma análise dos textos apontados como originários do termo. Em seguida, na quarta e última sessão, será exposta a estrutura de proposições centrais de uma proto-teoria, ou concepção folclórica da pós-verdade, e seus problemas teóricos e empíricos, incluindo a problematização da polêmica contra o “pós-modernismo” que é presente nessa literatura.

## 1 ESCOLHA DE MATERIAIS

Para esse estudo foi realizado um levantamento da literatura nascente sobre pós-verdade. Foram escolhidos livros e capítulos de livros, ao invés de artigos publicados em periódicos científicos ou publicações em jornais, revistas, blogs e outros veículos de natureza similar. Os títulos selecionados foram publicados entre 2016 e 2019, período delimitado, de início, pela emergência do tema da pós-verdade no debate público, que se deu em decorrência dos eventos políticos de 2016 nos EUA e no Reino Unido; e delimitado ao fim pelo período de elaboração da dissertação de mestrado a partir da qual este artigo foi elaborada. Esses títulos estão disponíveis em livrarias, e foram escolhidos por tratarem diretamente do tema da pós-verdade. Ainda quando esse termo não se encontra no título (como no caso de Kakutani (2018)), os autores desses trabalhos estão interessados em explicar a pós-verdade e o fenômeno das *fake news*.

Há três vantagens deste recorte de materiais. Primeiramente, pela praticidade de restringir o corpus de investigação bibliográfica. É possível e desejável uma revisão e análise crítica de outros tipos de textos – como artigos acadêmicos, reportagens, textos opinativos em mídia jornalística, redes sociais etc. - sobre o tema da pós-verdade. Entretanto, terão de ficar para futuros estudos. De fato, há ao menos uma análise de discurso já realizada sobre a narrativa de articulistas em jornais anglófonos, publicada por Cvrtila (2019), que chama atenção para a ideologia “tecnocrática” por trás da formulação de uma “pós-verdade” oposta a uma suposta “verdade” revelada pelo jornalismo.

A segunda vantagem do recorte do presente artigo é tentar realizar a importante tarefa de analisar o conhecimento disponível ao público amplo por via comercial. Boa parte desse corpus é composta de trabalhos de jornalistas profissionais, estando presentes em livrarias físicas e virtuais. É preciso levar em conta a possibilidade de efeito de agendamento midiático, ou seja, de como a interpretação publicada da realidade pode alterar o debate público a respeito de quais objetos são de interesse, quais atributos desses fenômenos merecem atenção e quais os argumentos mais salientes a respeito desses temas (McCOMBS, 2020).

A terceira vantagem da escolha de materiais é fortuita. Todos os trabalhos analisados apresentam notas bibliográficas, possibilitando a identificação das influências comuns de seus argumentos. Os livros escolhidos acrescentam a vantagem de apresentarem extensa argumentação, com uma riqueza de exemplos e citações. Por limitação linguística do autor, foram escolhidos livros publicados em inglês e português. Mas pelo recorte temporal e, possivelmente devido à temporalidade dos eventos relevantes para a discussão do tema, a maioria deles é de origem anglófona.

Os textos que formam a bibliografia analisada são: *Post-Truth: how bullshit conquered the world* do jornalista James Ball (2017); *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*, do jornalista Matthew D’Anconna (2018); *Post-truth: why we have reached peak bullshit and what we can do about it*, do jornalista Evan Davis (2017); *Post-truth: knowledge as a power game*, do filósofo Steve Fuller (2018); *A morte da verdade*, da crítica Michiko Kakutani (2018); *Post-truth*, do filósofo Lee McIntyre. E dois livros brasileiros de caráter mais acadêmico: *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*, organizado por Mariana Barbosa (2019) com contribuição de diversos autores; e *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* de Lucia Santanella (2018).

No mapeamento da origem do termo pós-verdade, foi-se direto às fontes, o que implicou recorrer a textos publicados antes de 2016 (TEISH, 1992; ROBERTS, 2010, KEYES, 2018). Um desses, Roberts (2010), foi publicado em revista eletrônica, em formato de blog.

A seleção de materiais aqui analisados não é exaustiva e é seguro dizer que ainda há material sendo publicado sobre o assunto. Mas os textos escolhidos são suficientes para afirmarmos que há, entre diversos títulos, consistência na repetição de uma certa narrativa que pretende oferecer uma explicação para o fenômeno da pós-verdade.

## 2 PRIMEIRA CONCEPÇÕES DE “PÓS-VERDADE”

O dicionário *Oxford* define pós-verdade como um adjetivo “*relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief*” (Oxford Dictionaries, 2016). O dicionário escolheu esse termo como “Palavra do ano 2016”, e o texto do anúncio identificava o livro *A Era da Pós-verdade* de Ralph Keyes, datado de 2004, como a primeira aparição desse termo em seu sentido atual. Keyes, por sua vez, afirma que tirou o termo de um artigo de opinião do dramaturgo sérvio-americano Steve Teish publicado na revista *Nation* em 1992 (KEYES, 2018). Outra instância às vezes creditada como originária da ideia de pós-verdade (D’ANCONNA, 2018; BUCCI, 2018) é um texto do de David Roberts publicado em formato de blog com o título *Post-truth Politics*.

Tomamos essas instâncias como definições originais da pós-verdade, que podem trazer uma bagagem conceitual para o discurso mais contemporâneo sobre esse fenômeno. Esses textos podem ser organizados em duas concepções diferentes da relação entre política e verdade. A primeira, de Keyes e Teisch diz respeito a processos sociais e comportamentos morais. A segunda, de Roberts, diz respeito a política partidária e comportamento eleitoral.

Quando Steve Teisch publicou o texto *A Government of Lies*, introduziu temas éticos e políticos que estão presentes em discussões posteriores sobre pós-verdade. O argumento central de seu artigo é que o povo estadunidense havia se tornado apático com relação às mentiras de seu governo após múltiplos escândalos, passando a preferir a versão oficial dos eventos. O povo estaria se submetendo voluntariamente aos ensejos do poder, deixando de lado os mitos nacionais e imperativos morais como guias da política nacional.

*All the dictators up to now have had to work hard at suppressing the truth. We, by our actions, are saying that this is no longer necessary, that we have acquired a spiritual mechanism that can denude truth of any significance. In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world (TEISCH, 1992, p. 13).*

Inspirado por esse texto, Keyes traz em seu livro uma definição de pós-verdade acrescida de uma dimensão temporal: uma “era pós-verdade”. Sua tese é de que as condições das complexas sociedades contemporâneas erodiram o senso de comunidade, resultando em uma atmosfera cultural

na qual o “custo social” das mentiras é reduzido, de forma que os mentirosos encontram facilidade em minimizar e justificar mentiras. “Vivemos em uma era da pós-verdade. A pós-veracidade existe em uma zona ética crepuscular. Permite-nos dissimularmos sem nos considerarmos desonestos” (KEYES, 2018, p. 20). A mentira generalizada resultaria em uma atmosfera de desconfiança, individualismo e resignação com a ideia de que “todos mentem”. O resultado seria o enfraquecimento do apreço pela verdade, e na facilidade de duvidar de qualquer coisa, inclusive informações legítimas, e reforçando a desconexão social e trazendo o perigo do autoritarismo.

Reforçando essa crise moral, figurariam profissões “relativistas” como a advocacia e a psicanálise, mas especialmente a “filosofia pós-moderna”, que o autor culpa pela disseminação do “relativismo” na sociedade em geral. A contribuição pós-modernista seria, para Keyes, a permissividade em justificar a falsidade como algo honesto por referir-se a uma verdade mais profunda, sendo “verdadeira em espírito”. O autor realiza uma espécie de equivalência entre o que chama de relativismo com relação à constituição da verdade e o hábito de falar mentiras. Essa polêmica contra um “pós-modernismo” é um dos pontos de continuidade entre a primeira aparição do termo “pós-verdade” e suas iterações mais recentes.

A segunda concepção de pós-verdade, de David Roberts, é mais explicitamente política. Trata-se de texto opinativo intitulado *Post-truth Politics*, publicado na revista eletrônica *Grist*, na qual o autor escrevia sobre política ambiental. Não foi possível encontrar nenhuma fonte pública de informação que permita afirmar que Roberts teve contato com o livro de Keyes, embora essa seja uma possibilidade. Eis sua definição de uma política pós-verdade: “*We live in post-truth politics: a political culture in which politics (public opinion and media narratives) have become almost entirely disconnected from policy (the substance of legislation). This obviously dims any hope of reasoned legislative compromise*” (ROBERTS, 2010). O autor pondera que a substância da legislação não teria mais relação com o debate público, que constitui um simulacro de narrativas midiáticas, travado em termos de vitória e derrota contra o adversário.

Para Roberts, tal desconexão ocorreria porque os cidadãos se comportam de forma oposta àquela “ideal” (encontrar fatos, ponderar posições, tomar decisões), e em vez disso escolhem grupos com base em suas identidades e depois adotam suas posições, desenvolvendo argumentos favoráveis. Ele cita como fonte dessa concepção de comportamento político um artigo científico publicado por Christopher Achen e Larry Bartels intitulado *It Feels Like We’re Thinking*, no qual os autores argumentam que os eleitores não se comportam de maneira deliberativa, mas apenas racionalizam suas decisões retroativamente para justificar tomadas irracionais, afetivas e identitárias de posição. A adesão partidária é compreendida como uma identidade, e a política identitária

aparece algo naturalizada como origem dos posicionamentos políticos (ACHEN & BARTELS, 2006).

Esse artigo mais tarde viria a servir de base para um livro chamado *Democracy for Realists* (Idem: 2017) no qual os autores se inserem parcialmente na tradição realista da teoria democrática, influenciada por Joseph A. Schumpeter, autor que apresenta pessimismo com relação à opinião pública, negando a racionalidade do voto face às manipulações da opinião pública (SCHUMPETER, 2017). Mas Achen e Bartels, partindo do princípio de que identidades determinam até mesmo a percepção factual, levam esse argumento a sua conclusão lógica e renegam a noção do economista austríaco de que o público é capaz de avaliar os resultados das políticas públicas e retirar o apoio dos políticos recusando o voto, afirmando que o público é democraticamente “incompetente”, sem percepção acurada da realidade nem receptividade a evidências que refutem suas crenças (ACHEN & BARTELS, op. cit.). Roberts em seu artigo não vai tão longe, concluindo apenas que o partido democrata deveria abandonar a transigência numa política pós-verdade e insistir nas posições mais radicais.

Pode-se perceber que essas duas concepções de pós-verdade têm características diferentes. Roberts opõe razão e emoção, expressando a ideia de que a racionalidade está superada como ideal e o irracionalismo é o comportamento natural. Essa concepção prescreve a intransigência. Já a definição de Keyes-Teisch expressa a prevalência de uma ética alternativa que autoriza a dissimulação e resulta na desconfiança. A desconexão social é vista como um problema que sinaliza um perigo de autoritarismo.

### **3 ANÁLISE DE UMA PROTO-TEORIA DA PÓS-VERDADE**

A análise bibliográfica da literatura mais recente sobre pós-verdade permite identificar uma narrativa com consistência de temas, argumentos e referências, formando um discurso mais ou menos unificado. Cada texto, a depender das características de cada autor, trazer considerações adicionais, ou dá ênfase diferente a certos elementos. Ainda assim o núcleo da argumentação se estrutura em torno de um pequeno conjunto de proposições que constituem uma tentativa de teorização da pós-verdade, algo como uma “proto-teoria”. De maneira preliminar, podemos identificar duas explicações separadas para o fenômeno da pós-verdade nessa teoria.

Argumentação 1: Novas tecnologias de informação exacerbam comportamentos irracionais ou emocionais dos indivíduos, que resultam em um ambiente comunicacional pouco reflexivo.

Argumentação 2: Na sociedade como um todo, existe um ambiente intelectual relativista originado na “filosofia pós-moderna”, que autoriza a criação e disseminação de “fatos alternativos”.

Aqui não se pretende descartar completamente essas afirmações enquanto hipóteses de trabalho, mas tão somente analisar os argumentos construídos nas fontes avaliadas. Tal concepção tem vantagens e desvantagens. Ainda que alguns de seus elementos sejam interessantes em alguma medida, um olhar cuidadoso pode enfraquecer seu poder explicativo. Nas seções seguintes, analisaremos separadamente cada uma dessas argumentações.

### 3.1 Determinismo tecnológico e obstáculos cognitivos à racionalidade

A noção da pós-verdade como conjuntura histórica – uma “era” – entende que grandes mudanças culturais resultam em uma transformação na forma como o público lida com a falsidade. O resultado seria o fracasso na tarefa individual de rejeitar crenças falsas, cuja responsabilidade é atribuída ao indivíduo no espaço público.

Esse fracasso coletivo pode ser atribuído a maus hábitos, como por exemplo o compartilhamento de notícias não lidas (BALL, 2017). O jornalista Matthew D’Anconna, descreve o problema como “o valor declinante da verdade como moeda de reserva da sociedade e a difusão contagiosa do relativismo pernicioso disfarçado de ceticismo legítimo” (2018, p. 14), e afirma: “A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias” (Ibidem, p. 34). Há uma impressão de que esse fator é o determinante nos resultados políticos recentes. Kakutani em *A Morte da Verdade* afirma que a eleição de Donald Trump não poderia ter ocorrido “se setores do público não tivessem adotado uma postura um tanto quanto blasé em relação à verdade” (KAKUTANI, 2018, p15).

Esse comportamento é dissonante com as expectativas dos autores com relação ao funcionamento de sistemas democráticos, percebidos como eminentemente racionais e orientados à verdade, que levam a uma inquietação ou desilusão com a racionalidade do comportamento humano. O novo mundo, onde imperam as tecnologias de comunicação e os algoritmos personalizadores de conteúdo, seria um lugar não-racional no qual a paixão (responsabilizada pelos mitos sociais) se sobreporia à fria racionalidade como base da organização social. “O que é novo é a extensão pela qual, no novo cenário de digitalização e interconexão global, a emoção está recuperando sua primazia e a verdade, batendo em retirada” (D’ANCONNA, op. cit., p. 38) na disputa pela formação de narrativas que estruturam a consciência histórica. Seria preciso “verificar se existe uma real ameaça aos pilares do que, supostamente, constitui o sentido da humanidade: o livre-arbítrio e a capacidade de decidir, desejar e pensar” (KAUFMAN, 2019, p. 57).

Em alguns casos, o fato de o comportamento humano não ser estritamente racional é relatado com certa perplexidade ou desconcerto. O jornalista especializado em economia Evan Davis, um autor que apresenta certo ceticismo sobre a própria ideia de uma era pós-verdade, ao mesmo tempo recorre a uma argumentação que pode surpreender pela superficialidade. “*If the study of psychology tells us that human factors are important in most areas of life, then they must be relevant to communication and persuasion*” (DAVIS, 2017, pos. 1964), escreve, após uma longa exposição sobre estudos de *marketing* que demonstram a irracionalidade de consumidores.

Um dos elementos centrais da proto-teoria da pós-verdade é a preocupação com novas formas digitais de comunicação, especialmente na alegada prevalência de “câmaras de eco” e “bolhas de filtro” (ou bolhas filtradas) nos ambientes online. Tais câmaras seriam comunidades relativamente fechadas no que tange à circulação de ideias, geradas pela arquitetura algorítmica das redes, que é calcada na lógica da personalização de conteúdos de acordo com preferências percebidas dos indivíduos. As câmaras de eco são definidas pela “triagem homofílica” de conteúdo e sua “assimilação tendenciosa”. Os algoritmos que determinam o fluxo de informação dentro das redes sociais são apontados como os principais causadores do problema por exacerbarem as tendências latentes do comportamento humano que levam ao engano e dificultam ou impedem o debate racional e a assimilação de crenças verdadeiras. Essas ideias aparecem repetidamente em diversos autores (BALL, 2017; BUCCI, 2019; D’ANCONNA, op. cit.; KAKUTANI, 2018; KAUFMAN, 2019; McINTYRE, 2018; PINHEIRO, 2019; SANTANELLA, 2018).

Essas bolhas virtuais causariam a exacerbação da tendência dos indivíduos a consumir fontes de informação limitadas pelo desejo instintivo de compartilhar daquilo que demonstra adesão ao grupo social. A tecnologia midiática seria aquilo que ativa o comportamento pós-verdadeiro, aliando o ato performativo de compartilhamento à predisposição dos indivíduos de crer naquelas coisas que reforçam suas visões de mundo pré-estabelecidas. A fonte da proliferação das notícias falsas deve ser então a tendenciosidade dos algoritmos, que exacerbam a dificuldade do ser humano em mudar sua forma de pensar. Para D’Anconna (op. cit.), a Pós-verdade é o *software* para o *hardware* das bolhas filtradas. Para Kakutani (op. cit), tal dinâmica é polarizadora e arrasa om os pontos em comum entre partidos diferentes, deixando “fora de moda” a objetividade e a ideia de que as pessoas desejam conhecer a maior aproximação da realidade. Dessa forma, comunidades se isolam com sua própria realidade factual e o senso comum se converte em utopia.

Graças às citações presentes nos textos pesquisados, podemos perceber a origem comum dessa ideia. A ideia das câmaras de eco é uma crítica da mídia digital elaborada principalmente por Cass R. Sunstein e o ativista Eli Parisier, ambos repetidamente citados pelas fontes pesquisadas.



Para Sunstein (2007, 2017), a internet aumenta a capacidade das pessoas de filtrarem as informações que recebem, algo necessário dado a enorme oferta de informações em rede. Mediadores “de interesse geral”, como jornais, revistas, emissoras de rádio e TV perderiam importância com relação a “câmaras de eco” fechadas em nichos de interesse. Na falta de um enquadramento comum da experiência os cidadãos deixariam de serem expostos a material que não escolheram e que talvez não escolheriam por conta própria, ficando isolados de pontos de vista diferentes e de certos tópicos de discussão, o que geraria problemas para uma sociedade democrática, distorcendo o ideal de ampla deliberação em fórum público. A essa hipótese se juntaria a ideia mais sofisticada de que a arquitetura algorítmica das redes geraria um efeito polarizador através de mecanismos dos quais os usuários não possuem consciência, proposta por Eli Parisier em *The Filter Bubble* (2011). Esses mecanismos opacos seriam problemáticos por realizarem uma dupla distorção: o regime midiático interfere na apreensão do mundo e o comportamento do usuário interfere no seu regime midiático, pois cada plataforma utiliza uma certa lógica de rastreio para criar uma identidade simplificada de cada usuário (reduzida a um reles banco de dados) que guia automaticamente a personalização de seu regime de informações.

A forte influência de Sunstein e Parisier na proto-teoria da pós-verdade vem pela ideia de que bolhas filtradas nas plataformas digitais ativam, através da “triagem homofílica” mecanismos psicológicos de “assimilação enviesada”. Assim algumas crenças se instauram dentro de grupos fechados a tal ponto que seu deslocamento seria muito difícil.

Quais seriam os mecanismos psicológicos? Sunstein (2014) propõe a própria versão desse problema, chamada de “cascatas de informação”, segundo as quais a pressão social pelo compartilhamento de valores de um grupo fechado levaria ao espalhamento de crenças falsas com muita facilidade. Mas os analistas da pós-verdade não se limitam a reproduzir o argumento de Sunstein. De fato, eles produzem uma quantidade de citações a pesquisas empíricas do campo da psicologia social. Os efeitos citados são a conformidade de grupos e o viés de confirmação, frequentemente acompanhado do *backfire effect* ou efeito bumerangue. De fato, a enumeração desses fenômenos é de grande consistência na literatura analisada, resultando em alta repetição (*ad nauseam*) entre os diferentes textos.

A “conformidade social” consiste no fenômeno demonstrado por Solomon Asch em clássico experimento realizado na década de 1950 nos EUA. Nele, pesquisadores diziam a um grupo de entre oito a dez pessoas que elas fariam um teste de percepção visual. Dois cartões eram apresentados: um contendo três linhas de comprimentos diferentes e outro contendo uma linha cujo comprimento é idêntico a uma das linhas no primeiro cartão. Os indivíduos na sala foram perguntados, um a um, qual linha do trio corresponderia à linha solitária. O exercício foi repetido

dezoito vezes, variando o arranjo das linhas. Mas em várias repetições, todas as pessoas menos uma dão a resposta errada. Essa uma pessoa era a única sendo realmente examinada, todas as demais estavam mancomunadas com os pesquisadores, instruídas a responder errado. O resultado foi que um terço dos sujeitos avaliados concordaram com o grupo na resposta obviamente incorreta (ASCH, 1951).

Mas talvez um dos mais preocupantes efeitos listados como responsáveis pelo enfraquecimento factual na política seja o “efeito bumerangue” ou “*backfire effect*”. Trata-se de uma forma radicalizada do viés de confirmação – este um efeito real da cognição humana pelo qual os indivíduos apresentam uma tendência a procurar informações que confirmam suas crenças pré-estabelecidas em vez de testar alternativas (NICKERSON, 1998; WASON, 1960), fenômeno relacionado à teoria da dissonância cognitiva, que examina a tensão causada pela contradição entre novas informações e crenças estabelecidas, bem como suas formas de resolução pelo indivíduo (FESTINGER, 1963).

O efeito bumerangue vai além da constatação de que indivíduos, de forma independente, tendem a buscar confirmação de suas crenças. O *backfire* se refere à hipótese de que indivíduos com certa inclinação ideológica, quando confrontados com informação que refuta determinadas crenças associadas a suas ideologias, passam a afirmar tais crenças com mais afinco ao invés de duvidar delas. Se isso se verifica, há o risco de que a tentativa de corrigir um equívoco piore o engano e que um contra-argumento factual fortaleça o argumento falacioso. O principal estudo a identificar esse efeito é de Nyhan e Reifler, que concluíram que “*the corrections fail to reduce misperceptions for the most committed participants. Even worse, they actually strengthen misperceptions among ideological subgroups in several cases*” (NYHAN & REIFLER, 2010, p. 22) (grifo dos autores). Esse resultado deu mais força à noção de que cidadãos com fortes ideologias são imunes a contradições factuais, e afirmou que as pessoas podem acreditar no contrário do que as informações que recebem dizem, algo com implicações significativas para todo o campo de estudos da opinião pública.

Pode-se resumir a estrutura argumentativa da Argumentação 1 proto-teoria da pós-verdade da seguinte maneira.

1. O ser humano é naturalmente sujeito a certas irracionalidades decorrentes de seu processo cognitivo e das suas emoções. Essas irracionalidades o induzem ao erro e à conformidade social.
2. As novas tecnologias de comunicação, especialmente os algoritmos online, exacerbam essas tendências irracionais devido a sua estrutura inerente, criando um ambiente de enclaves discursivos polarizados.

3. Tal ambiente comunicacional leva indivíduos a espalharem informação de maneira pouco reflexiva em uma guerra de informações.

Há portanto uma estrutura lógica que depende de certas afirmações empíricas. Façamos uma inspeção dos estudos que enfraquecem as afirmações categóricas sobre os fenômenos psicológicos e as “câmaras de eco”.

Quanto ao fenômeno de conformidade social evidenciado pelo experimento de Asch, é preciso cautela ao extrapolar seus resultados. O próprio autor enumera diversas qualificações e observações decorrentes de iterações desse experimento. Romper com a situação artificial e psicologicamente perturbadora do experimento (reduzindo o tamanho da maioria, introduzindo um aliado, permitindo resposta em segredo etc.). diminuía de forma significativa a conformidade. As conclusões do pesquisador foram de uma preocupação maior com fatores sociais, institucionais e de valores, e não com alguma incapacidade de apreciar a realidade “*It raises questions about our ways of education and about the values that guide our conduct*” (ASCH, 2012, p. 25).

Ademais, o estudo de Asch testou apenas homens brancos universitários estadunidenses da década de 1950 (em um contexto social e político conservador e hostil à desconformidade). Com isso em mente, Perrin e Spencer (1980) replicaram o estudo original na década de 80 e encontraram apenas um em cada 396 casos de pressão resultando em conformidade, e concluindo que o resultado original foi um produto de seu tempo. Há também ao menos um experimento demonstrando que incentivos monetários para a resposta correta reduzem a conformidade (BARON et al., 1996).

Quanto ao famigerado efeito *backfire*, deve-se concluir que esse suposto fenômeno não pode ser incorporado em análises sociais como algo concreto. Estudos que buscam replicar efeitos bumerangue seguem fracassando em encontrar o mesmo comportamento, como em Cameron et al. (2013), Wood e Porter (2019) e especialmente Guess (2018), que procurou evidências desse efeito em condições que seriam especialmente favoráveis, e ainda assim o *backfire* não foi detectado. A crença em uma proposição deve manter a proporcionalidade. Também há evidências de que aparentes diferenças de crenças factuais entre pessoas com ideologias opostas têm algo de ilusório, sendo possível que exista um elemento performativo envolvido (BULLOCK et al., 2015). Uma afirmação extraordinária – como a de que a informação factual pode fazer os interlocutores adquirirem a crença oposta ao que for comunicado – requer evidências extraordinárias, que não se apresentam nesse caso.

Não se pode deixar de apontar uma aparente contradição: a ideia por trás do efeito *backfire*, de que seres humanos com acesso aos mesmos dados poderiam justificar a conclusões diferentes, é muito distante de um relativismo epistêmico verdadeiro? E, no entanto, o “relativismo” “pós-moderno” figura como segunda causa em várias narrativas sobre a pós-verdade.

Quanto às câmaras de eco, é possível que, nos textos analisados neste artigo, sua influência no debate público tenha sido exagerada em importância. Apesar de estudos controlados parecerem indicar uma tendência ao reforço de crenças, há análises do comportamento real em redes que evidenciam uma realidade mais nuançada, pela qual os usuários de plataformas digitais apresentam, em sua maioria, e na maior parte do tempo, um regime moderado de notícias políticas, caracterizado por veículos de mídia tradicionais, com significativa sobreposição de fontes de informação (GUESS, 2018). A internet não parece ser, em geral, o motivador primário da polarização política (BOXELL et al., 2017) e o consumo de notícias políticas não parece estar segregado em linhas ideológicas (NELSON & WEBSTER, 2017). No Facebook, por exemplo, o poder de filtragem parece derivar principalmente da escolha de amigos, de forma que efeitos de agregação homofílica coexistem com opiniões diversas a depender da composição da rede pessoal de amigos (BAKSHY et al., 2015). E as pessoas aparentemente não buscam se inserir em câmaras de eco ativamente, embora haja maior interesse em cercar-se de opiniões similares do que em buscar as contrárias. (GARRETT, 2009). Ao contrário, indivíduos politicamente engajados tendem a se inserir em comunidades de usuários com ideologias similares, mas também frequentam fóruns abertos onde há exposição frequente a pontos de vista diversos (WILLIAMS et al., 2015). Essa exposição parece ter efeitos de moderação política, e a maioria dos usuários tem redes diversas de interação (BARBERÁ: 2019).

Mesmo uma análise muito preliminar da questão do uso de mídias sociais e a democracia precisa levar em conta, para começo de conversa, fatores além do uso de mídias, da polarização política e da desinformação. Também é importante enfatizar o engajamento político, o papel da mídia tradicional, e o comportamento das elites políticas. Esses fatores estão relacionados em uma complexa rede de influências, sobre a qual ainda há lacunas de pesquisa. De acordo com ampla revisão bibliográfica elaborada por diversos autores especializados no comportamento político online (Tucker et al., 2018), não parece ser possível afirmar que polarização e desinformação ocorrem com mais frequência na internet do que na vida offline. Tudo parece indicar que as mídias sociais não são, por si sós, hostis à democracia ou, ao contrário, plataformas especialmente democráticas, mas constituem um espaço de disputa entre agentes políticos. Estudos empíricos tendem a demonstrar que a exposição a discordâncias é alta, que o uso da internet não está correlacionado com aumento da polarização e que a má informação tem efeitos limitados no conhecimento político dos cidadãos. Comentando especificamente as hipóteses de Sunstein e Parisier, esses autores afirmam que "*the consensus in the scholarly literature is not as clear as these accounts would suggest*", ainda que "*there may be pockets of individuals who are indeed fully embedded in politically homogeneous communities*" (Ibidem, p. 16). Isso não significa que não haja

características das mídias sociais que as tornem suscetíveis ao espalhamento de desinformação, como a dependência que as plataformas têm de receita proveniente de anúncios e o uso de algoritmos de otimização de engajamento, mas essas características constituem oportunidades para que atores utilizem diversas táticas diferentes para espalhar desinformação. Note-se que chegamos ao terreno da ação política, da estratégia.

É interessante notar que a exposição do público a notícias falsas também não sustenta a ideia de uma rede formada por bolhas nas quais indivíduos espalham boatos por forças de conformidade e viés cognitivo. Ao contrário, o consumo de fake news aparenta estar concentrado em um grupo pequeno, que não é definido pelo nível de conhecimento sobre política (GUESS et al., 2018). E mais, quando se observa polarização, ela ocorre de maneira assimétrica no espectro político e está associada a estratégias políticas de desinformação e propaganda. (GUESS, 2018; EADY, 2019; FARIS et al, 2016).

É preciso atentar para o fato de que a conversação política em mídia social existe em diálogo com sua contraparte não digital e os aspectos sociais dessa conversação devem ser levados em conta. Vaccari et al (2016) demonstraram que "*the extent to which social media functions as an echo chamber (as opposed to a contrarian club) varies across individuals*" (p. 8). Isso, prosseguem os autores, sugere que a compreensão dos comportamentos políticos nessas plataformas "*may be better served by an appreciation that different users have different traits (...) rather than an assumption that most or all users employ the selective features of social media to pursue the same goals*" (Ibidem, p. 9).

Portanto, podemos perceber que, apesar de haver substância nas críticas à personalização dos regimes de informação em plataformas digitais, fica enfraquecido o poder explicativo da relação que as obras pesquisadas buscam estabelecer entre pós-verdade, polarização política e redes sociais. Em outras palavras, não parece ser possível sustentar, apenas com base nas argumentações mobilizadas, a narrativa de que a polarização em torno da validade da crença em fatos é causada pelo ambiente digital.

Mais especificamente, os problemas com a narrativa da proto-teoria no que diz respeito à Argumentação 1 são de que embora o ser humano seja naturalmente sujeito a irracionalidades e as novas tecnologias possuam uma estrutura favorável à personalização (proposições 1 e 2), esses dois fenômenos combinados não possuem a força necessária para produzir um ambiente comunicacional de tal forma deteriorada que gere a guerra de informações (proposição 3). Ademais, podemos sustentar que grande parte da literatura científica dedicada ao estudo do comportamento político online vai na direção contrária da narrativa cultivada pela proto-teoria da pós-verdade.

### 3.2 O espantinho do “pós-modernismo aplicado”

A associação da pós-verdade com o pós-modernismo é um elemento curioso da literatura avaliada. O argumento da causalidade tecnológica da pós-verdade é fechado em si mesmo, e em tese não precisaria apelar a um *zeitgeist* relativista. Mas frequentemente as duas explicações aparecem no mesmo texto (D'ANCONNA, 2018; KAKUTANI, 2018; McINTYRE, 2018). Apesar de não estar presente em todos os trabalhos, ela recebe destaque na primeira formulação significativa de uma “pós-verdade” (Keyes, 2018), e nos dois livros da bibliografia analisada escritos por filósofos: McIntyre (2018) e Fuller (2019).

O caso desse último autor é instrutivo sobre essa controvérsia e o contexto mais amplo no qual ela se encontra. Steve Fuller é proeminente representante do construtivismo social na sociologia da ciência, associado à disciplina Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Seu trabalho, *Post Truth: Knowledge as a Power Game* (2019) se diferencia dos demais livros com esse tema (e título) por rechaçar o discurso majoritário e abraçar a “condição pós-verdade” como contestação do “poder modal” da ciência, ou seja, o poder de definir o possível e o impossível. A difusão dos instrumentos de avaliação dos conhecimentos, na forma das novas tecnologias da informação, representaria o enfraquecimento da autoridade epistêmica do *establishment* científico e a “democratização” do conhecimento. O autor celebra a pós-verdade e propõe um novo arranjo na organização social da busca pelo Saber, no qual cada indivíduo assumiria responsabilidade por decidir aquiescer ou não às verdades científicas, e no qual as autoridades do conhecimento (ciência, mídia etc.) seriam colocadas em posição de relativa equivalência com suas alternativas, inclusive “pseudo-ciências” (embora o autor rejeite esse termo), criacionismos e fontes de relatos alternativos.

Essa posição marcadamente relativista pode não ser representativa de mais do que um nicho da academia – Fuller foi contrariado em editorial de periódico da área, que discriminou claramente entre questionar a ciência e apoiar negacionismos (SISMONDO, 2017) –, mas é uma posição inserida nas “guerras da ciência” do final do século XX.

Esse debate estava posto entre cientistas, sociólogos e filósofos da ciência já nos anos 70, com surgimento de estudos sobre os aspectos sociais das comunidades epistêmicas. A divisão se exacerba com a influência do “programa forte” da sociologia da ciência, interessado em estudar o conhecimento científico a partir do princípio da simetria (tanto conhecimentos cientificamente aceitos quanto os descartados são tratados igualmente), programa que teve influência no estabelecimento da CTS, origem de posições mais radicais sobre a determinação política ou social do conteúdo da ciência. Visões questionadoras do *status* privilegiado da ciência, como em Thomas

Kuhn e Paul Feyrabend, serviram de ponto de partida para postular a superação da ciência contemporânea rumo a uma ciência pós-moderna. Por outro lado, cientistas passaram a atacar essas correntes de pensamento, assim como suas influências filosóficas no pós-estruturalismo e no liberalismo pragmático como sendo uma fonte de relativismo. Conforme a polêmica se intensificou, os dois lados se radicalizaram, produzindo concepções enviesadas da ciência, seja porque a exaltavam como totalmente objetiva, ou porque denunciavam como politicamente determinada (KITCHER, 2001; SOKAL & BRICMONT, 2010; TURNER, 2003; BERUBÉ, 2019; COLLINS, 2019).

Essa disputa, por sua vez, está inserida nas “guerras culturais” que tomam forma nos EUA na segunda metade do século XX, entre setores sociais conservadores e movimentos intelectuais, políticos e culturais que questionavam a proeminência dos valores do Ocidente face a injustiças históricas. O termo “pós-modernismo” passa a designar uma ideia difusa de relativismo cultural, epistemológico e moral. Enquanto na academia ocorriam debates em torno sociologia da ciência e do campo pós-fundacional da “Nova História”, proliferaram *think tanks* conservadoras que financiaram ataques à academia – especialmente aos “pós-modernos” (HEARTMAN, 2015).

É nesse contexto que se encontra o sentido dessa equivalência simples de “pós-modernismo” e “relativismo”, que tomada rigorosamente seria problemática, pois “pós-modernismo” é um rótulo que abrange diversos movimentos intelectuais e artísticos que têm em comum um ímpeto de *desconstrução* dos *mitos* modernistas, ou seja, das grandes narrativas do Iluminismo. Não uma ruptura com a modernidade e suas categorias, mas sim um enfraquecimento de suas pretensões universalistas, estando na verdade em diálogo crítico com sua própria tradição que tem origens em nomes como Kant, Nietzsche, Heidegger (LACLAU, 1991; AYLESWORTH, 2015). Como escreve Lyotard (2008), a “condição pós-moderna” é de desconfiança com relação às grandes narrativas que legitimam poder e saber, as “metanarrativas” que se justificam referindo-se a si mesmos, mas que agora são confrontados com sistemas diferentes de valores. Tal pensamento contém em si mesmo diversos conflitos, mas crucialmente não pode jamais se unificar em um relativismo absoluto, por causa de seu compromisso com a rejeição de todas narrativas universalizantes (HOLLANDA, 1991; HELLER & FEHÉR, 2002). Nas palavras de Richard Rorty: “*To accuse postmodernism of relativism is to try to put a metanarrative in the postmodernist’s mouth*” (1983, p. 589).

Vemos as limitações de um espantalho relativista na própria literatura pesquisada. Autores acadêmicos, que subscrevem à argumentação de causalidade tecnológica explanada acima, direcionam a crítica ao pós-modernismo ao construtivismo social na sociologia da ciência. Santanella (2018) ressalta que esse nicho acadêmico apresenta paralelos com a pós-verdade ao

questionar a objetividade factual e científica (citando Fuller). Para McIntyre (2018), a argumentação relativista foi apropriada por propagandistas para manipular a opinião pública.

A despeito disso, Keyes passa uma boa parte de seu livro argumentando que o “pós-modernismo aplicado” aumenta a permissividade com as mentiras em nome de uma causa “verdadeira em espírito”. Para esse autor, apesar de haver “formas menos tolas” do pós-modernismo, é problemática sua “reentrada” no mundo cotidiano, a partir do ativismo de esquerda. “As atitudes pós-modernas em relação à ‘verdade’ pularam os muros da academia e se tornaram uma fonte-chave de nosso compromisso corroído com a verdade” (2018, p. 146).

Kakutani dedica a maior parte de seu livro recente a acusar a esquerda estadunidense dos anos 1960 de difundirem relativismo pós-moderno, entendido como repúdio à objetividade e elemento central da pós-verdade. “Desde então”, afirma, “o discurso relativista tem sido usurpado pela direita populista, incluindo os criacionistas e os negacionistas climáticos, que insistem que suas teorias sejam ensinadas junto com as teorias ‘baseadas na ciência’” (2018, p. 17). Ideia similar está em D’Ancona: “A era da pós-verdade possui sua própria geologia intelectual – uma base na filosofia pós-moderna do final do século XX, frequentemente obscura e impenetrável, que foi popularizada e destilada ao ponto de se tornar irreconhecível” (2018, p. 84).

Em princípio, podemos sim pensar em uma relação íntima e mutuamente transformadora entre ação social e teorização sobre a sociedade. Anthony Giddens aborda essa característica em seu conceito de reflexividade: “*Reflexivity is a defining characteristic of all human action. All human beings routinely ‘keep in touch’ with the grounds of what they do as an integral element of doing it.*” (GIDDENS, 1991 p. 36). A ação humana incorpora um monitoramento contínuo do comportamento e seus contextos. Essa é a base da estruturação dos sistemas na modernidade: o momento de produção da ação pelas propriedades estruturantes do sistema também é o da reprodução das condições da vida social (Idem, 2009). Não se pode separar claramente a literatura disponível a estudiosos daquela que influencia leigos interessados. Podemos pensar o conhecimento como algo que escapa, vaza e se filtra para atores sociais.

Assim, os críticos do pós-modernismo têm razão em pressupor que conhecimentos da academia transferem elementos para a ação social. Porém, parece que as críticas falham em não virem acompanhadas de um aprofundamento dos conhecimentos em questão. De fato, podemos virar esse argumento de ponta-cabeça, e afirmar que a polêmica do discurso contra a pós-verdade reflete elementos discursivos que circulam em seu contexto político-social histórico.



## CONCLUSÃO

Como este artigo avalia fontes comerciais (livros publicados), estas conclusões não se dirigem à produção de artigos acadêmicos especializados, cuja abordagem pode ou não coincidir com a narrativa das publicações avaliadas. Entretanto, é preciso ter em conta o potencial de impacto da narrativa sobre a pós-verdade que avaliamos aqui na formação da opinião pública, na medida em que seu alcance pode ser superior ao da literatura especializada dos periódicos científicos, com a qual não é possível dizer que o público geral de indivíduos politicamente engajados esteja em contato.

Podemos concluir que existe uma argumentação comum a diversos textos publicados em livros nos últimos anos que propõe um diagnóstico de uma “era pós-verdade”, representativa de certos aspectos da política que, tendo emergido ou se intensificado nos últimos anos, são caracterizados como problemáticos pelos autores. Esse diagnóstico, que chamamos de proto-teoria da pós-verdade, inclui duas argumentações. Uma de que as novas tecnologias de informação reforçam irracionalidades latentes no comportamento humano. Outra de que o “pós-modernismo” como movimento intelectual difunde uma cultura de relativismo que seria central para a pós-verdade. Ambas as argumentações apresentam inconsistências.

Esta pesquisa não avaliou méritos teóricos, mas apenas empíricos, da primeira argumentação. Ainda assim, pode-se concluir que, apesar de haver evidência de que ocorram efeitos de polarização, segregações de informação e filtragens homofílicas algorítmicas, não é possível dizer que a mídia digital é responsável primária pela polarização política em torno de crenças. Também não é possível dizer que “*fake news*” se espalham por causa de uma segregação inerente à estrutura das redes. Ainda que exista viés cognitivo no comportamento social, o impacto desses efeitos não é tão forte quanto alguns parecem temer. Fenômenos políticos associados à pós-verdade devem ser atribuídos a fatores políticos e sociais com tanta ou mais ênfase do que se lhes atribuem causas tecnológicas. É provável que respostas contundentes para a origem de comportamentos políticos se encontrem nos movimentos políticos, e não nos efeitos cognitivos manipulados pelo código. Ao que parece, a política precede a bolha.

O pós-modernismo não pode e nem deve ser reduzido a mero relativismo factual com relação a eventos. É plausível que essa ideia tenha encontrado ressonância nas críticas da proto-teoria porque já circulava livremente no discurso político anglófono há alguns anos, no contexto de disputas culturais. Uma eventual relação entre movimentos intelectuais pós-modernos e um fenômeno “pós-verdade” não está descartada, mas não se pode identificá-la utilizando um espantalho de relativismos.

Devido aos problemas empíricos e teóricos dessa narrativa sobre uma era pós-verdade, é possível afirmar que a bibliografia analisada não apresenta uma argumentação capaz de sustentar de maneira consistente o sentido da categoria “pós-verdade” que pretende afirmar. Embora não possamos ainda descartar o uso da “pós-verdade” no sentido de uma “era” de crise discursiva baseada na truncagem comunicativa por influência tecnológica, o caminho apontado nesses textos de circulação comercial no debate público não satisfaz os requisitos de uma categoria que poderia ser produtivamente empregada em análises sociais.

## REFERÊNCIAS

ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. **It feels like we’re thinking: the rationalizing voter and electoral democracy.** (prepared for presentation at the annual meeting of the American Political Science Association, Philadelphia, August 30-September 3, 2006). Aug., 2006.

\_\_\_\_\_. **Democracy for realists: why elections do not produce responsive government.** (Princeton studies in political behavior). Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016. ANDRESKY, Stanislav. **Social Sciences as Sorcery.** London: Andre Deutch, 1972.

ASCH, Solomon. E. “Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgment”. In: GUETZKOW, H. (ed.) **Groups, leadership and men.** Pittsburgh: Carnegie Press, 1951.

\_\_\_\_\_. “Opinions and social pressure”. In: ARONSON, Joshua; ARONSON, Eliot. (eds.) **Readings about the social animal.** New York: Worth, 2012.

AYLESWORTH, Gary. “Postmodernism”. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** (Spring 2015 Edition). Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/postmodernism/>, acesso em abril de 2018.

BALL, James. **Post-Truth: how bullshit conquered the world.** London: Biteback, 2017

BAKSHY, Eytan; MESSING, Solomon; ADAMIC, Lada A. **Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook.** Science, v. 348, n. 6239, 5 June, 2015.

BARON, Robert; VANDELLO, Joseph A.; BRUNSMAN, Bethany. **The forgotten variable in conformity research: impact of task importance on social influence.** Journal of Personality and Social Psychology, 71 (5), 1996. pp. 915-927.

BÉRUBÉ, Michael. “The Science Wars Redux”. Democracy, n. 19, winter 2011. Disponível em: <<https://democracyjournal.org/magazine/19/the-science-wars-redux/>>, acesso em novembro de 2019.

BOXELL, Levi; GENTZKOW, Matthew; SHAPIRO, Jesse M. **Is the internet causing political polarization?** Evidence from demographics. (NBER working paper No. 23258) 2017. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w23258>>, acesso em novembro de 2019.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**. São Paulo, n 116, janeiro, fevereiro e março 2018; pp. 19-30.

BULLOCK, John G.; GERBER, Alan S.; HILL, Seth J.; HUBER, Gregory A. **Partisan bias in factual beliefs about politics**. *Quarterly Journal of Political Science*, v. 10, 2015. pp. 419-578.

CAMERON, Kenzie A.; ROLOFF, Michael E.; FRIESMA, Elisha M.; BROWN, Tiffany; JOVANOVIĆ, Borko D.; HAUBER, Sara; BAKER, David W. **Patient Knowledge and Recall of Health Information Following Exposure to ‘Facts and Myths’ Message Format Variations**. *Patient Education and Counseling* 92 (3), 2013. pp. 381–387.

COLLINS, Harry. The Science Wars. Harry Collins (blog), 15 de fevereiro de 2016, Disponível em: <<https://sites.cardiff.ac.uk/harrycollins/the-science-wars/>>, acesso em novembro de 2019.

CVRTILA, Leon. “Diskurs “post-istine”: gdje je nestala istina u politici?.” **Političke perspektive** v. 9, n. 2, 2019 (tradução inglesa fornecida pelo autor); pp. 65-98. <https://doi.org/10.20901/pp.9.2.03>.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAVIS, Evan. **Post-truth**: why we have reached peak bullshit and what we can do about it. (recurso eletrônico) London: Little Brown, 2017.

EADY, Gregory; NAGLER, Jonathan; GUESS, Andy; ZILINSKY, Jan; TUCKER, Joshua. **How many people live in political bubbles on social media?** Evidence from linked survey and Twitter data. *Sage Open*, v. 9, n. 1, February 28, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244019832705>>, acesso em novembro de 2019.

FARIS, Robert; ROBERTS, Hal; ETLING, Bruce; BOURASSA, Nikki; ZUCKERMAN, Ethan; BENKLER, Yochai. **Partisanship, propaganda, and disinformation**: online media and the 2016 U.S. presidential election. Cambridge: Berkman Klein Center for Internet & Society at Harvard University, August 2017.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1963.

FULLER, Steve. **Post-truth**: knowledge as a power game. London and New York: Anthem, 2018

GARRETT, Kelly R. **Echo chambers online?**: Politically motivated selective exposure among internet news users. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 14, 2009. pp. 265-285.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. (3 ed.) São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GUESS, Andrew M. **(Almost) everything in moderation**: new evidence on Americans’ online media diets. 2018. Approved by New York University Institutional Review. Disponível em: <[https://webspace.princeton.edu/users/aguess/Guess\\_OnlineMediaDiets.pdf](https://webspace.princeton.edu/users/aguess/Guess_OnlineMediaDiets.pdf)>, acesso em novembro de 2019.

GUESS, Andrew.; COPPOCK Alexander. **Does Counter-Attitudinal Information Cause Backlash?** Results from Three Large Survey Experiments. *British Journal of Political Science*, v. 19, November 2018.

HARTMANN, Andrew. **A war for the soul of America: a history of the culture wars**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.

HELLER, Agnes; HEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "Políticas da Teoria". In: \_\_\_\_\_. (org.) **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KAUFMAN, Dora. "A inteligência artificial mediando a comunicação: impactos da automação". In: BARBOSA, Mariana. (org.) **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. pp. 49-58.

KEYES, Ralph. **The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life**. New York: St. Martin's Press, 2004.

KITCHER: Philip. **Science, truth, and democracy**. New York: Oxford University Press, 2001.

LACLAU, Ernesto. "A política e os limites da modernidade". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

McCOMBS, Marshall. The language of journalism: the language of agenda setting effects. **Mediapolis**, v. 10, n. 1, 2020; pp. 11-18.

McINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, London: The MIT Press, 2018.

NELSON, Jacob L.; WEBSTER, James G. **The myth of partisan selective exposure: a portrait of the online political news audience**. *Social Media + Society*, n. 13, v. 1. July-September 2017.

NICKERSON, Raymond S. **Confirmation bias: a ubiquitous phenomenon in many guises**. *Review of General Psychology*, v. 2, n. 2, 1998; pp. 175-220.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **When corrections fail: the persistence of political misperceptions**. 2007. *Political Behavior*, v. 32, n 2, June 2010. pp. 303-330.

WORD of the Year 2016 is.... **Oxford Dictionaries**, 2016. Disponível em: < <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016> >, acesso em outubro de 2019.

PARISIÉR, Eli. **The Filter Bubble**. What the internet is hiding from you. New York: The Penguin Press, 2011.

PERRIN, S.; SPENCER, C. 'The Asch effect - a child of its time'. *Bulletin of the BPS*, 33, 1980. pp. 405-406.

PINHEIRO, Joel. “Fake news e o futuro da nossa civilização”. In: BARBOSA, Mariana. (org.) **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019; pp. 87-96.

ROBERTS, David. **Post-truth politics**. *Grist*, 1º de abril de 2010. Disponível em: <<https://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics>>, acesso em: outubro de 2019.

RORTY, Richard. **Postmodern Bourgeois Liberalism**. *The Journal of Philosophy*, v 80, n10. Part 1: eightieth annual meeting of the American Philosophical Association. 1983. pp. 583-589.

SANTANELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** (recurso eletrônico). Barueri: Estação das letras e cores, 2018; e PUB.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

SOKAL, Alan D. e BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**. (4 ed). Rio de Janeiro: Record, 2010.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic 2.0**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **On Rumors: how falsehoods spread, why we believe them and what can be done**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **#Republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2017.

TEISCH, Steve. **A government of lies**. *The Nation*, January 6/13, 1992. pp. 12-14.

TUCKER, Joshua A.; GUESS, Andrew; BARBERÁ, Pablo; VACCARI, Cristian; SIEGEL, Alexandra; SANOVICH, Sergey; STUKAL, Denis; NYHAN, Brendan. **Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature**. Hewlett Foundation, March 19, 2018. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3144139](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3144139)>

TURNER, Stephen. The Third Science War. **Social Studies of Science**, v. 33, n. 4. August 2003; pp. 581-611.

VACCARI, Cristian; VALERIANI, Augusto; BARBERÁ, Pablo; JOST, John T.; NAGLER, Jonathan; TUCKER, Joshua A. Of echo chambers and contrarian clubs: exposure to political disagreement among German and Italian users of Twitter. **Social Media + Society**, v. 2, n. 3, julho a setembro de 2016; pp. 1-24. DOI: 10.1177/2056305116664221.

WASON, P. C. **On the failure to eliminate hypotheses in a conceptual task**. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 12, n. 3, 1960. pp. 129-140.

WILLIAMS, Hywel T. P.; McMURRAY, James R.; KURZ, Tim.; LAMBERT, Hugo F. **Network analysis reveals open forums and echo chambers in social media discussions of climate change**. *Global Environmental Change*, v. 32, 2015. pp. 126-138.

WOOD, Thomas; PORTER, Ethan. **The elusive backfire effect: mass attitudes' steadfast factual adherence**. *Political Behavior*, v. 41, n. 1, March 2019. pp. 135-163.

**AUTOR:**

**Eric Veiga Andriolo**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: ericandriolo@id.uff.br